



ANALISTA - ÁREA 6

CONHECIMENTOS GERAIS E DISCURSIVA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:
- a) este caderno, com os enunciados das 60 questões das Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais, sem repetição ou falha, e da questão da Prova Discursiva para o cargo de Analista - Área 6;
 - b) um Caderno de Resposta para o desenvolvimento da Prova Discursiva, grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.
- 02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta, fabricada em material transparente**.
- 04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.
- Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- 05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.
- 08 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:
- a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
 - b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** grampeado ao Caderno de Resposta da Prova Discursiva.
 - c) se recusar a entregar o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** grampeado ao Caderno de Resposta da Prova Discursiva, quando terminar o tempo estabelecido.
- 09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.
- 10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA** grampeado ao Caderno de Resposta da Prova Discursiva e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.
Obs. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES**, em nenhuma hipótese.
- 11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTA PROVA DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVA É DE 4 (QUATRO) HORAS**, findo o qual o candidato deverá, **obrigatoriamente**, entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA** grampeado ao Caderno de Resposta da Prova Discursiva.
- 12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

Olhar para o céu noturno é quase um privilégio em nossa atribulada e iluminada vida moderna. (...) Companhias de turismo deveriam criar “excursões noturnas”, em que grupos de pessoas são transportados até pontos estratégicos para serem instruídos por um astrônomo sobre as maravilhas do céu noturno. Seria o nascimento do “turismo astronômico”, que complementaria perfeitamente o novo turismo ecológico. E por que não? Turismo astronômico ou não, talvez a primeira impressão ao observarmos o céu noturno seja uma enorme sensação de paz, de permanência, de profunda ausência de movimento, fora um eventual avião ou mesmo um satélite distante (uma estrela que se move!). Vemos incontáveis estrelas, emitindo sua radiação eletromagnética, perfeitamente indiferentes às atribulações humanas.

Essa visão pacata dos céus é completamente diferente da visão de um astrofísico moderno. As inocentes estrelas são verdadeiras fornalhas nucleares, produzindo uma quantidade enorme de energia a cada segundo. A morte de uma estrela modesta como o Sol, por exemplo, virá acompanhada de uma explosão que chegará até a nossa vizinhança, transformando tudo o que encontrar pela frente em poeira cósmica. (O leitor não precisa se preocupar muito. O Sol ainda produzirá energia “docilmente” por mais uns 5 bilhões de anos.)

GLEISER, Marcelo. *Retalhos cósmicos*.

1

O autor considera a possibilidade de se olhar para o céu noturno a partir de duas distintas perspectivas, que se evidenciam no confronto das seguintes expressões:

- (A) “...instruídos por um astrônomo...” (l. 5-6) / “...visão de um astrofísico...” (l. 18)
- (B) “...maravilhas do céu noturno.” (l. 6) / “...sensação de paz,” (l. 11)
- (C) “...ausência de movimento,” (l. 12) / “...fornalhas nucleares,” (l. 19)
- (D) “...radiação eletromagnética,” (l. 15) / “...quantidade enorme de energia...” (l. 20)
- (E) “...poeira cósmica.” (l. 24) / “...visão de um astrofísico...” (l. 18)

2

Considere as afirmações a seguir.

- I – Na primeira frase do texto, os termos “...atribulada...” (l. 2) e “...iluminada...” (l. 2) caracterizam dois aspectos contraditórios e inconciliáveis do que o autor chama de “vida moderna”.
- II – No final do primeiro parágrafo, o sentido da expressão “perfeitamente indiferentes às atribulações humanas.” (l. 15-16) indica que já se desfez aquela “...primeira impressão...” (l. 10) e desapareceu a “...sensação de paz,” (l. 11).
- III – No segundo parágrafo, a expressão “...estrela modesta...” (l. 21), referente ao Sol, implica uma avaliação que vai além das impressões ou sensações de um observador comum.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmação(ões)

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3

“Vemos incontáveis estrelas, emitindo sua radiação eletromagnética, perfeitamente indiferentes às atribulações humanas.” (l. 14-16)

No período acima, encontram-se uma oração

- (A) principal e outra subordinada reduzida de infinitivo.
- (B) principal e outra subordinada adjetiva reduzida de gerúndio.
- (C) principal e outra subordinada adjetiva reduzida de participípio.
- (D) coordenada e outra subordinada adjetiva restritiva.
- (E) coordenada e outra subordinada reduzida de gerúndio.

Texto II

**No Brasil das últimas décadas,
a miséria teve diversas caras.**

Houve um tempo em que, romântica, ela batia à nossa porta. Pedia-nos um prato de comida. Algumas vezes, suplicava por uma roupinha velha.

5 Conhecíamos os nossos mendigos. Cabiam nos dedos de uma das mãos. Eram parte da vizinhança. Ao alimentá-los e vesti-los, aliviávamos nossas consciências. Dormíamos o sono dos justos.

10 A urbanização do Brasil deu à miséria certa impessoalidade. Ela passou a apresentar-se como um elemento da paisagem, algo para ser visto pela janelinha do carro, ora esparramada sobre a calçada, ora refugiada sob o viaduto.

15 A modernidade trouxe novas formas de contato com a riqueza. Logo a miséria estava batendo, suja, esfarrapada, no vidro de nosso carro.

Os semáforos ganharam uma inesperada função social. Passamos a exercitar nossa infinita bondade pingando esmolas em mãos rotas. Continuávamos de bem com nossos travesseiros.

20 Com o tempo, a miséria conquistou os tubos de imagem dos aparelhos de TV. Aos poucos, foi perdendo a docilidade. A rua oferecia-nos algo além de água encanada e luz elétrica.

25 Os telejornais passaram a despejar violência sobre o tapete da sala, aos pés de nossos sofás. Era como se dispuséssemos de um eficiente sistema de miséria encanada. Tão simples quanto virar uma torneira ou acionar o interruptor, bastava apertar o botão da TV. Embora violenta, a miséria ainda nos excluía.

30 Súbito, a miséria cansou de esmolar. Ela agora não pede; exige. Ela já não suplica; toma.

A miséria não bate mais à nossa porta; invade. Não estende a mão diante do vidro do carro; arranca os relógios dos braços distraídos.

35 Acuada, a cidade passou de opressora a vítima dos morros. No Brasil de hoje, a riqueza é refém da miséria.

40 A constituição do perfil da miséria no Brasil está diretamente relacionada com a crescente modernização do país.

SOUZA, Josias de. "A vingança da miséria". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 out. 1994. Caderno Opinião, p.2. (Adaptado)

4

A partir da leitura do Texto II, conclui-se que ele tem por objetivo

- (A) criticar a ação governamental no trato com a miséria.
- (B) defender práticas de maior justiça social.
- (C) denunciar a culpa sentida pelas classes privilegiadas.
- (D) indicar soluções para a desigualdade social do país.
- (E) mostrar a evolução da situação de miséria no Brasil.

5

"Embora violenta, a miséria ainda nos excluía." (l. 29)

Essa frase é uma síntese das passagens do texto apresentadas a seguir, **EXCETO**

- (A) "Conhecíamos os nossos mendigos." (l. 4)
- (B) "Dormíamos o sono dos justos." (l. 7)
- (C) "Continuávamos de bem com nossos travesseiros." (l. 18-19)
- (D) "A rua oferecia-nos algo além de água encanada e luz elétrica." (l. 22-23)
- (E) "Era como se dispuséssemos de um eficiente sistema de miséria encanada." (l. 25-27)

6

"A urbanização do Brasil deu à miséria certa impessoalidade. Ela passou a apresentar-se como um elemento da paisagem, algo para ser visto pela janelinha do carro, ora esparramada sobre a calçada, ora refugiada sob o viaduto.

A modernidade trouxe novas formas de contato com a riqueza. Logo a miséria estava batendo, suja, esfarrapada, no vidro de nosso carro." (l. 8-15)

Considerando a norma padrão da Língua Portuguesa no fragmento acima, afirma-se corretamente que

- (A) a supressão da preposição em "passou a apresentar-se" (l. 9) prejudica a correção da frase.
- (B) a forma verbal correspondente a passou, no plural, mantendo-se o tempo e o modo, é "passam".
- (C) as conjunções ora...ora, no fragmento "ora esparramada sobre a calçada, ora refugiada sob o viaduto." (l. 11-12), aditam duas idéias que expressam a mesma noção de finalidade da ação.
- (D) o deslocamento do adjetivo "novas" (l. 13), com as devidas alterações, produz "formas novas de contato com a riqueza", com forte prejuízo do sentido original.
- (E) o termo destacado na frase "A urbanização do Brasil deu à miséria certa impessoalidade." (l. 8-9) exerce a função de adjunto.

7

A circunstância expressa pelos termos em destaque está corretamente indicada em

- (A) "algo para ser visto **pela janelinha do carro**," (l. 10-11) – lugar
- (B) "...esparramada **sobre a calçada**," (l. 11) – concessão.
- (C) "...pingando esmolas **em mãos rotas**." (l. 18) – modo.
- (D) "**Com o tempo**, a miséria conquistou os tubos de imagem dos aparelhos de TV." (l. 20-21) – consequência.
- (E) "**Embora violenta**, a miséria ainda nos excluía." (l. 29) – condição.

Texto III

A cidade moderna são os ecos [de um] labirinto – presídio complexo de ruas cruzadas e rios aparentemente sem embocadura – onde a iniciação itinerante e o fio de Ariadne se mostram tênues ou nulos. Invertendo-se uma das interpretações do mito, o labirinto aqui não é a trilha para chegar-se ao centro; é, antes, marca da dispersão. Indica a vitória do material sobre o espiritual, do perecível sobre o eterno. Ou mais, o lugar do descartável e do novo e sempre-igual.

O homem citadino é presa dessa cidade, está enredado em suas malhas. Não consegue sair desse espaço denso, uma vez que a civilização urbana espalhou-se para além dos centros metropolitanos e continua a preencher grandes áreas que gravitam em torno desses centros. A partir da Revolução Industrial, o fenômeno urbano parece ter ultrapassado as fronteiras das “cidades” e ter-se difundido pelo espaço físico. O signo do progresso transforma a urbanização em movimento centrífugo, gerando a metrópole que se dispersa. Assim, o citadino – homem à deriva – está na cidade como em labirinto, não pode sair dela sem cair em outra, idêntica ainda que seja distinta.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

8

Na visão do autor, a cidade é um espaço caracterizado por antíteses, por opostos que se somam num todo quase sempre contraditório. Esse ponto de vista se faz presente de forma particularmente significativa em

- (A) “A cidade moderna são os ecos [de um] labirinto –” . (ℓ. 1)
- (B) “Ou mais, o lugar do descartável e do novo e sempre-igual.” (ℓ. 8-9)
- (C) “O homem citadino é presa dessa cidade,” (ℓ. 10)
- (D) “Não consegue sair desse espaço denso,” (ℓ. 11-12)
- (E) “O signo do progresso transforma a urbanização em movimento centrífugo,” (ℓ. 18-19)

Texto IV

Acredito na existência de vida em outros planetas. Tenho três adolescentes em casa. Embora seus corpos permaneçam nesta dimensão, suas mentes vagam bem além da ionosfera. Não. Não adianta dizer que também já fui assim. Não fui. Não fui. Não fui. Vou prender a respiração até você acreditar em mim. Não tive infância, nem adolescência; já nasci velho. Portanto, observo as três jovens moças como se a porta da nave tivesse acabado de se abrir e, lá de dentro, eu ouvisse: “Leve-me ao seu líder”.

Errado. Essa frase jamais seria ouvida no planeta de onde elas vêm. Lá, o desconhecimento do conceito de líder é absoluto. Logo, por que haveriam de querer conhecer o líder da Terra? Graças às últimas festas de criança, que hoje percebo terem sido congressos de ufologia disfarçados, sou testemunha de que alienígenas do sexo masculino são rebeldes, mas

isso não torna as alienígenas do sexo feminino exatamente dóceis. Elas são distraídas, vivem com a cabeça nas nuvens, não associam a TV ligada à eletricidade.

20

DAPIEVE, Arthur. Notas de ufologia parental. **O Globo**, 13 ago. 2004. (Adaptado)

9

As duas orações enunciadas estão ligadas por conectivo adequado ao sentido expresso no texto em:

- (A) Acredito na existência de vida em outros planetas, **mas** tenho três adolescentes em casa.
- (B) Acredito na existência de vida em outros planetas, **pois** tenho três adolescentes em casa.
- (C) Acredito na existência de vida em outros planetas, **posto que** tenho três adolescentes em casa.
- (D) Acredito na existência de vida em outros planetas, **porém** tenho três adolescentes em casa.
- (E) Acredito na existência de vida em outros planetas, **não obstante ter** três adolescentes em casa.

10

“Não. Não adianta dizer que também já fui assim. Não fui. Não fui. Não fui. Vou prender a respiração até você acreditar em mim. Não tive infância, nem adolescência; já nasci velho.” (ℓ. 4-7)

No trecho acima, o autor

- (A) afirma, de forma convincente, que sempre foi maduro.
- (B) revela sua inveja das filhas adolescentes.
- (C) tenta afirmar sua maturidade, mas se mostra infantil.
- (D) demonstra a necessidade de ser sempre maduro.
- (E) mostra sua nostalgia pela infância perdida.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11

Um deputado federal apresentou projeto de lei ordinária dispendo sobre provimento de cargo no serviço público federal. Este projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados; em seguida, pelo Senado, e, por fim, sancionado pelo Presidente da República. Essa hipótese está de acordo com a Constituição?

- (A) Sim, porque o projeto de lei sobre a matéria pode ser apresentado por qualquer membro do Congresso Nacional e, uma vez aprovado, deve ser submetido à sanção do Presidente da República.
- (B) Não, porque o projeto de lei deveria ter sido apresentado pelo Presidente da República.
- (C) Não, porque se trata de matéria de competência privativa do Congresso Nacional, sem a participação do Presidente da República.
- (D) Não, porque se trata de matéria a ser regulada por lei complementar e não por lei ordinária.
- (E) Não, porque se trata de matéria a ser regulada por decreto editado pelo Presidente da República.

12

Suponha que o STF tenha editado uma súmula vinculante afirmando a inconstitucionalidade de uma lei federal que afeta as atividades desenvolvidas pelo Banco Central. A este respeito, o Banco Central

- (A) não poderá aplicar a lei, pois a súmula tem efeito vinculante em relação à administração pública federal.
- (B) poderá deixar de aplicar a lei, já que a súmula do STF apenas revela um entendimento pacífico daquela Corte a respeito da matéria.
- (C) deverá continuar aplicando a lei, já que a súmula do STF apenas revela um entendimento pacífico daquela Corte a respeito da matéria.
- (D) deverá continuar aplicando a lei, pois a súmula tem efeito vinculante apenas em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- (E) deverá continuar aplicando a lei até que o Congresso Nacional suspenda a sua execução.

13

Um governador de estado sancionou projeto de lei dispondo sobre política de crédito no âmbito do estado que governa. Considerando a Constituição e a matéria sobre a qual dispõe o projeto, essa lei

- (A) será constitucional, desde que não contrarie lei federal.
- (B) é constitucional, porque a Constituição atribui expressamente essa competência aos estados.
- (C) é constitucional, porque se trata de competência comum à União e aos Estados.
- (D) é constitucional, pois se trata de lei específica para o estado.
- (E) é inconstitucional, porque a competência para legislar sobre a matéria é da União.

14

Considerando o princípio da separação dos Poderes de acordo com a Constituição, analise as proposições a seguir.

- I - A Câmara dos Deputados pode convocar o Presidente do Banco Central a prestar informações sobre assunto determinado.
- II - O Presidente do Banco Central, subordinado ao Presidente da República, não está obrigado a atender à convocação de nenhuma das Casas do Poder Legislativo.
- III - O Ministro da Fazenda pode, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa diretora do Senado Federal, comparecer àquela Casa do Congresso Nacional para expor assunto de relevância de seu Ministério.

Está(ao) correta(s) **APENAS** a(s) proposição(ões)

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

15

Suponha que o Congresso Nacional tenha aprovado projeto de lei que aumenta a alíquota do IR, e o projeto foi encaminhado ao Presidente da República para sanção. O chefe do Poder Executivo, no entanto, insatisfeito com alguns dispositivos do projeto, decidiu editar medida provisória dispondo sobre a mesma matéria, reproduzindo alguns dos dispositivos do projeto de lei e alterando outros. Nesse caso hipotético, a medida provisória editada pelo Presidente da República é

- (A) constitucional e produzirá efeitos a partir da data de sua edição.
- (B) constitucional, mas só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte, se tiver sido convertida em lei até o último dia do exercício em que foi editada.
- (C) inconstitucional, porque a Constituição veda a edição de medida provisória sobre direito tributário.
- (D) inconstitucional, porque a Constituição veda a edição de medida provisória sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.
- (E) inconstitucional, porque a Constituição veda a edição de medida provisória que implique majoração de imposto.

16

Na hipótese de o Banco Central vir a praticar ato manifestamente ilegal e lesivo ao patrimônio público, um cidadão brasileiro, indignado com o ocorrido e com o propósito de anular o referido ato, pode ajuizar

- (A) ação popular.
- (B) ação civil pública.
- (C) mandado de segurança coletivo.
- (D) mandado de injunção coletivo.
- (E) *habeas data*.

17

Considere as afirmativas a seguir, a respeito do Banco Central.

- I - O Banco Central está impedido constitucionalmente de conceder empréstimos.
- II - O Banco Central está investido constitucionalmente da competência de emitir moeda e não pode delegar essa competência a nenhum outro órgão.
- III - Caso pretenda regular a oferta de moeda, o Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional.

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

18

Determinado município aprovou uma lei estabelecendo horário de funcionamento do comércio local e das instituições bancárias instaladas naquele município. Essa lei é

- (A) constitucional, já que aos municípios compete legislar sobre matéria de interesse local.
- (B) parcialmente inconstitucional, já que os Municípios têm competência para legislar sobre horário de funcionamento de instituições financeiras, mas não do comércio local.
- (C) parcialmente inconstitucional, já que os Municípios têm competência para legislar sobre horário de funcionamento do comércio local, mas não de instituições financeiras.
- (D) totalmente inconstitucional, já que essas matérias são de competência da União Federal.
- (E) totalmente inconstitucional, já que essas matérias são de competência dos estados.

DIREITO ADMINISTRATIVO

19

Luzia, após vários anos de serviço público, aposentou-se no cargo de analista de sistemas de uma autarquia federal. O ato de aposentadoria e a respectiva fixação de proventos foram publicados no Diário Oficial, em novembro de 2006. Em março de 2008, Luzia recebeu uma notificação do Departamento de Recursos Humanos da autarquia onde trabalhava, dando-lhe ciência de questionamentos formulados pelo Tribunal de Contas da União a respeito do ato de aposentadoria e fixando prazo para, caso quisesse, apresentar manifestação.

A postura do Departamento de Recursos Humanos da autarquia, nessa hipótese, encontra-se

- (A) correta, pois a aposentadoria é um ato administrativo complexo, que somente se aperfeiçoa com o registro no Tribunal de Contas.
- (B) correta, pois a aposentadoria, embora seja ato administrativo simples, tem sua eficácia condicionada ao prévio registro no Tribunal de Contas.
- (C) correta, pois o prazo decadencial para exercício da autotutela pela Administração Pública Federal é de dez anos, a contar da publicação do ato no Diário Oficial.
- (D) incorreta, pois a aposentadoria já se formalizou e, portanto, eventual controle interno ou externo exercido após seu aperfeiçoamento revela-se intempestivo.
- (E) incorreta, pois a aposentadoria é um ato administrativo simples, que não se submete a controle externo.

20

Indagado sobre o regime jurídico a que se submetem os contratos administrativos, o assessor especial do Departamento de Administração de uma autarquia municipal, apontou, corretamente, como característica de tais contratos a

- (A) imutabilidade de condições.
- (B) presença de cláusulas exorbitantes.
- (C) impossibilidade de prorrogação.
- (D) vedação à exigência de prestação de garantia.
- (E) indeterminação do prazo de vigência.

21

Uma assessora de autarquia pública federal, questionada a respeito do instrumento jurídico necessário para a concessão de aumento de remuneração aos servidores daquela entidade, responde corretamente que o aumento de remuneração, em tal hipótese, depende de

- (A) lei específica, de iniciativa da Chefia do Poder Executivo Federal.
- (B) lei complementar, de iniciativa do Presidente da autarquia.
- (C) lei ordinária, de iniciativa do Presidente da autarquia.
- (D) decreto legislativo.
- (E) decreto da Chefia do Poder Executivo Federal.

22

Uma fundação pública estadual celebrou contrato com a empresa XYZ, tendo por objeto a prestação de serviços de vigilância pelo prazo de doze meses. A contratação não foi precedida de licitação, tendo a autoridade administrativa fundamentado a contratação direta no fato de que a contratada teria oferecido proposta altamente vantajosa para a fundação, que deveria arcar tão somente com os custos da mão de obra. A postura da fundação pública, nessa hipótese, afigura-se

- (A) correta, porque o interesse público financeiro da fundação foi resguardado pela contratação vantajosa.
- (B) correta, desde que o custo da mão de obra esteja de acordo com a média do mercado, o que deverá ser verificado em exame de economicidade.
- (C) correta, porque serviços de vigilância são considerados serviços comuns e, como tais, submetem-se ao procedimento do pregão eletrônico, não exigindo prévia licitação.
- (D) incorreta, porque a exigência de prévia licitação nas contratações administrativas tem por objetivo não apenas selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, mas também oferecer a todos os administrados tratamento isonômico.
- (E) incorreta, porque a Lei de Licitações não contempla qualquer hipótese de contratação direta para casos de prestação de serviços.

23

Responde(m) pelos danos que os agentes públicos de uma autarquia federal causem, nessa qualidade, a terceiros, em decorrência de condutas comissivas, a

- (A) própria autarquia federal, por ser entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, sendo a responsabilidade civil de natureza objetiva.
- (B) própria autarquia federal, por ser entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, sendo a responsabilidade civil de natureza subjetiva.
- (C) União Federal, por ser o ente político ao qual está vinculada a autarquia, sendo a responsabilidade civil de natureza objetiva.
- (D) União Federal e a autarquia, solidariamente, por ser a autarquia órgão integrante da Administração Direta Federal, sendo a responsabilidade de natureza objetiva.
- (E) União Federal e a autarquia, solidariamente, por ser a autarquia órgão integrante da Administração Indireta Federal, sendo a responsabilidade civil de natureza subjetiva.

24

São características das autarquias federais a

- (A) personalidade jurídica de direito privado e a estabilidade de seus dirigentes, nomeados para mandato fixo.
- (B) personalidade jurídica de direito privado e a independência normativa.
- (C) personalidade jurídica de direito público e a capacidade de autoadministração.
- (D) ausência de personalidade jurídica própria e a subordinação hierárquica perante o Poder Executivo Federal.
- (E) ausência de personalidade jurídica própria e a submissão à Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

25

Uma servidora pertencente aos quadros de fundação pública federal, após sindicância instaurada para apuração de ilícito administrativo a ela imputado, foi penalizada com suspensão por quarenta e cinco dias. Com base na Lei nº 8.112/90, a aplicação da pena disciplinar, na hipótese, afigura-se

- (A) correta, desde que tenha sido assegurada à servidora ampla defesa, pois o prazo máximo previsto em lei para a pena de suspensão é de sessenta dias.
- (B) correta, desde que o ilícito administrativo não configure ilícito penal.
- (C) incorreta, pois a aplicação da pena de suspensão pressupõe a propositura de ação civil pública por ato de improbidade cumulada com a sindicância.
- (D) incorreta, pois a aplicação da pena de suspensão por mais de trinta dias pressupõe a instauração de ação penal cumulada com a sindicância.
- (E) incorreta, pois a aplicação da pena de suspensão por mais de trinta dias pressupõe a instauração de processo disciplinar.

26

A respeito do controle da Administração Pública, analise as proposições abaixo.

- I - No exercício do controle externo, os Tribunais de Contas têm competência para sustar a execução de atos administrativos eivados de ilegalidade.
- II - Os atos administrativos compostos não são passíveis de controle pela própria Administração Pública, mas podem ter seu mérito examinado pelos órgãos do Poder Judiciário.
- III - A Administração Pública pode revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência e oportunidade.

É (São) correta(s) **APENAS** a(s) proposição(ões)

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

27

Odair, servidor público federal, foi regularmente aposentado por invalidez, no ano de 2005, após perícia médica. Decorridos dois anos de sua aposentadoria, Odair submeteu-se a uma nova perícia, oportunidade em que a junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria. A forma de provimento dos cargos públicos adequada para que Odair retorne à atividade é a(o)

- (A) readaptação.
- (B) transferência.
- (C) reintegração.
- (D) reversão.
- (E) aproveitamento.

28

Após consulta formulada pelo Governador, o órgão central do sistema jurídico de um Estado-membro da Federação exarou parecer revendo a interpretação anteriormente conferida a determinada norma administrativa, aplicando-a retroativamente de forma a cassar direitos que já haviam sido reconhecidos a diversos interessados. Essa postura da Administração Pública agride o princípio básico da

- (A) instrumentalidade das formas.
- (B) motivação.
- (C) lealdade processual.
- (D) segurança jurídica.
- (E) publicidade.

29

No sistema jurídico brasileiro, a responsabilidade civil do Estado por danos causados a terceiros rege-se pela teoria

- (A) subjetiva, com fundamento no risco administrativo.
- (B) objetiva, com fundamento no risco administrativo.
- (C) da equivalência dos antecedentes causais.
- (D) da culpa presumida.
- (E) da culpa provada.

30

Um automóvel integrante da frota de veículos de uma autarquia federal, cuja utilização destina-se ao transporte rotineiro do expediente administrativo, é um bem público

- (A) de uso comum do povo.
- (B) de uso particular.
- (C) de uso especial.
- (D) desafetado.
- (E) dominical.

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

31

Considere a relação de instituições financeiras a seguir.

- I - Banco do Brasil
- II - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- III - Bancos Comerciais
- IV - Bancos Regionais de Desenvolvimento
- V - Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento
- VI - Bancos de Investimento

São consideradas instituições financeiras monetárias **APENAS** as nomeadas em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, III e V.
- (E) I, III e VI.

32

O Conselho Monetário Nacional é a entidade superior do sistema financeiro nacional, **NÃO** sendo de sua competência

- (A) estabelecer a meta de inflação.
- (B) zelar pela liquidez e pela solvência das instituições financeiras.
- (C) regular o valor externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos.
- (D) regular o valor interno da moeda, prevenindo e corrigindo surtos inflacionários ou deflacionários.
- (E) fixar o valor do superávit primário do orçamento público.

33

O Banco Central do Brasil é o órgão executivo central do sistema financeiro e suas competências incluem

- (A) aprovar o orçamento do setor público brasileiro.
- (B) aprovar e garantir todos os empréstimos do sistema bancário.
- (C) administrar o serviço de compensação de cheques e de outros papéis.
- (D) organizar o funcionamento das Bolsas de Valores do país.
- (E) autorizar o funcionamento, estabelecendo a dinâmica operacional de todas as instituições financeiras do país.

34

As instituições financeiras não monetárias

- (A) incluem os bancos comerciais.
- (B) incluem as cooperativas de crédito.
- (C) incluem as caixas econômicas.
- (D) captam recursos através da emissão de títulos.
- (E) captam recursos através de depósitos à vista.

35

No processo de regulação prudencial dos bancos, o requerimento mínimo de capital próprio

- (A) limita os empréstimos bancários às empresas com um mínimo de capital próprio.
- (B) limita o valor dos empréstimos de liquidez do Banco Central aos bancos comerciais.
- (C) cresce com o aumento do risco assumido pelas instituições financeiras.
- (D) estabelece mínimos para o valor das garantias oferecidas pelos credores das instituições financeiras.
- (E) estabelece um valor mínimo para o crédito concedido pelas instituições financeiras.

ECONOMIA

36

O Produto Interno Bruto de um país, num certo ano, é menor que o seu Produto Nacional Bruto, no mesmo ano, se a(o)

- (A) entrada de poupança externa for elevada.
- (B) entrada líquida de capitais do exterior exceder as importações.
- (C) renda líquida recebida do exterior for positiva.
- (D) reserva em divisas estrangeiras, no Banco Central, aumentar.
- (E) superávit no balanço comercial e de serviços for positivo.

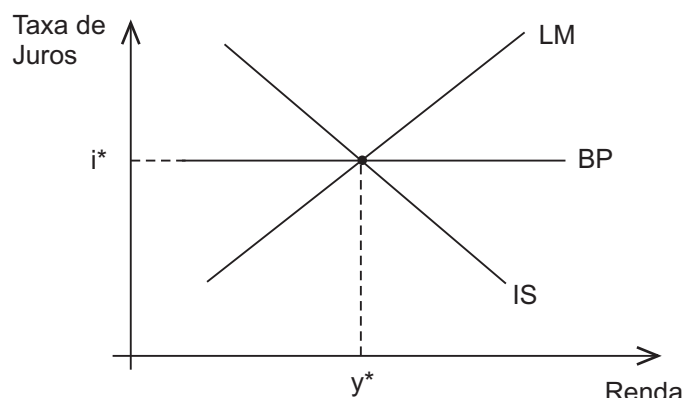
37

No modelo macroeconômico clássico, as variações na oferta monetária, decorrentes da atuação do Banco Central, têm consequências, a curto prazo, apenas sobre o(a)

- (A) nível geral de preços.
- (B) produto real da economia.
- (C) utilização da capacidade ociosa.
- (D) taxa de desemprego.
- (E) taxa de câmbio.

38

O gráfico abaixo ilustra o modelo IS/LM/BP, representando uma economia em regime de taxa de câmbio fixa.

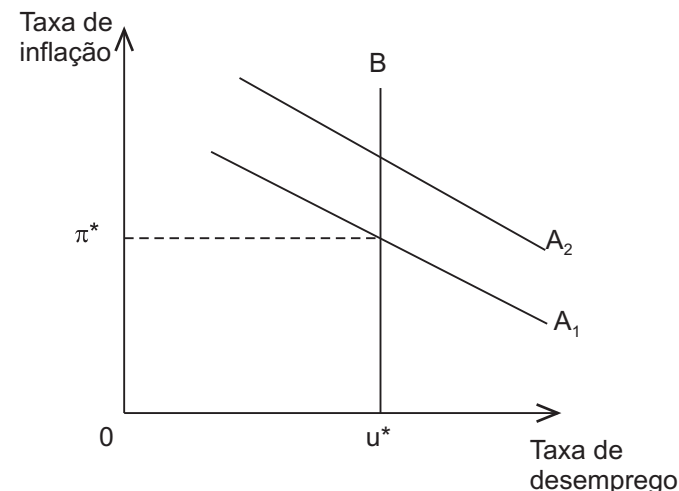


Na situação representada no gráfico, a(o)

- (A) política monetária é impotente.
- (B) política fiscal é impotente.
- (C) taxa de desemprego é elevada.
- (D) mobilidade internacional do capital financeiro é reduzida.
- (E) balanço comercial é superavitário.

39

O gráfico abaixo mostra Curvas de Phillips para uma determinada economia.



Analisando o gráfico, conclui-se que a

- (A) taxa natural de inflação é igual a π^* .
- (B) taxa natural de desemprego é igual a u^* .
- (C) curva A_1 reflete expectativas de inflação mais elevadas que A_2 .
- (D) curva B é de curto prazo, inelástica.
- (E) demanda agregada da economia é representada por B.

40

Entre as várias ações do Banco Central que resultam numa política monetária expansionista, **NÃO** se encontra a

(A) compra de moeda estrangeira no mercado cambial.
(B) compra de títulos federais no mercado aberto.
(C) venda de títulos federais no mercado aberto.
(D) redução do percentual de recolhimento compulsório dos bancos ao Banco Central.
(E) redução da taxa de juros dos empréstimos de liquidez do Banco Central aos bancos.

41

Uma empresa tem custo fixo de produção bem elevado em relação ao seu custo variável. Quando começar a produzir, à medida que a produção aumentar, certamente haverá uma diminuição do custo

(A) total. (B) médio.
(C) marginal. (D) variável.
(E) fixo.

42

Num jogo com decisões simultâneas entre duas pessoas, há um Equilíbrio de Nash. Cada pessoa conhece previamente todas as estratégias possíveis e os retornos dos participantes para cada combinação de estratégias. Neste jogo, certamente,

(A) há pelo menos um outro Equilíbrio de Nash.
(B) pode haver outro Equilíbrio de Nash.
(C) não há estratégia dominante.
(D) pelo menos uma estratégia, de um dos participantes, é dominante.
(E) todas as estratégias possíveis dos jogadores são puras.

43

A crise econômica decorrente do grande aumento dos preços do petróleo, em 1973, teve como resposta, no Brasil, a adoção do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). A execução de tal plano

(A) freou o crescimento da economia brasileira para reduzir as importações de petróleo.
(B) aumentou a demanda interna por bens de consumo, ao redistribuir a renda para as classes mais pobres.
(C) reduziu o endividamento externo do Brasil por meio de uma política de diminuição das importações.
(D) causou um impacto deflacionário sobre a economia brasileira, provocado pela forte recessão doméstica.
(E) buscou superar a dependência externa, investindo na ampliação da produção doméstica de bens de capital e de petróleo.

44

O Plano Real de estabilização da economia brasileira, de 1994, levou inicialmente ao(à)

(A) congelamento geral de preços e salários.
(B) congelamento da taxa de câmbio R\$/ US\$.
(C) estabelecimento de metas de inflação para o Banco Central do Brasil.
(D) valorização do real em relação ao dólar americano.
(E) forte expansão das exportações.

45

O subsistema normativo do Sistema Financeiro Nacional inclui os seguintes órgãos ou entidades:

(A) Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.
(B) Comissão de Valores Mobiliários e Caixa Econômica Federal.
(C) Banco Central do Brasil e Banco do Brasil.
(D) Banco Central do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
(E) Banco do Brasil e Superintendência de Seguros Privados.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

46

Com o objetivo de preservar a espécie durante o período reprodutivo, determinado município estabeleceu um limite de pesca de camarão que dizia o seguinte:

É permitida a pesca de 3 kg de camarão e mais um camarão, não podendo haver mais do que 12 camarões com medida superior a 15 cm.

Considere que uma pessoa pesque oito camarões, todos com medida superior a 15 cm. Analise os procedimentos a seguir para decidir se essa pescaria está dentro do limite permitido.

- I - Verificar se a soma dos pesos de todos menos o peso do mais pesado não ultrapassa 3 kg.
- II - Verificar se a soma dos pesos de metade deles não ultrapassa 1,5 kg.
- III - Verificar se a soma dos pesos de metade deles mais o peso do mais pesado ultrapassa 1,5 kg.

É (São) eficaz(es) **APENAS** o(s) procedimento(s)

- (A) I. (B) II.
(C) III. (D) I e II.
(E) I e III.

47

Um quadrado é cortado em 49 quadrados menores. Todos esses quadrados têm as medidas de seus lados, em centímetros, expressas por números inteiros positivos. Há exatamente 48 quadrados com área igual a 1 cm². O número de resultados possíveis para expressar, em cm², a medida da área do quadrado original é exatamente igual a

(A) 1 (B) 2
(C) 3 (D) 4
(E) 5

48

O mês de fevereiro de um ano bissexto só terá cinco sábados se começar em um(a)

(A) sábado. (B) domingo.
(C) quarta-feira. (D) quinta-feira.
(E) sexta-feira.

49

Jonas possui 15 bolas visualmente idênticas. Entretanto, uma delas é um pouco mais pesada do que as outras 14, que têm todas o mesmo peso.



Utilizando uma balança de dois pratos, semelhante à da figura acima, o número mínimo de pesagens que deverão ser feitas para que se possa garantir que a bola que destoa quanto ao peso será identificada é

- (A) 2 (B) 3
(C) 4 (D) 5
(E) 6

50

Uma mesa de bilhar tem 5 m de comprimento e 3 m de largura e não possui caçapas. A contar de suas quinas, a cada 1 m, está marcado um ponto. Ao todo, são 16 pontos, incluindo essas quinas, como ilustra a Figura 1.

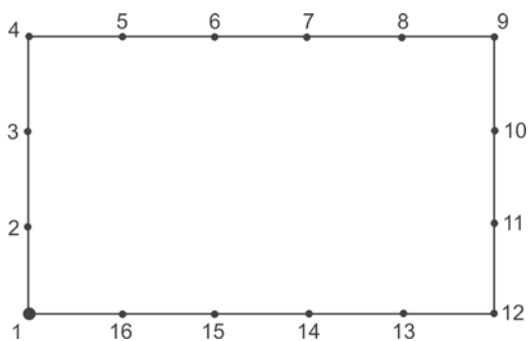


Figura 1

Um jogador dá uma forte tacada em uma bola que está em 1, lançando-a contra a tabela. A bola choca-se contra o ponto 7, ricocheteia e segue em outra direção, preservando, após cada choque, o mesmo ângulo que fazia com a tabela antes do choque (Figura 2).

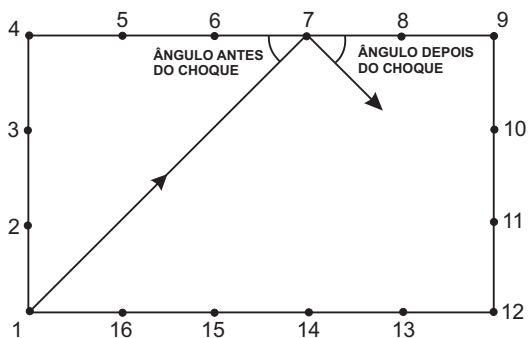


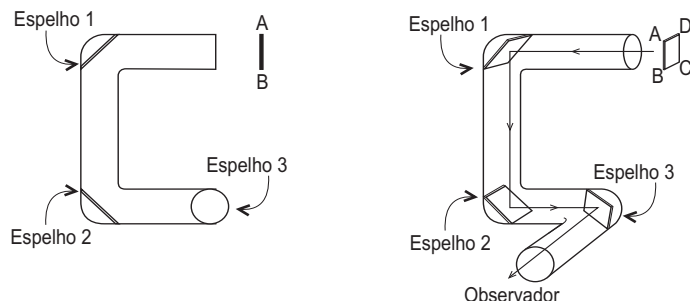
Figura 2

Após o primeiro choque, a bola continua a se chocar contra as tabelas e, a cada choque, desvia sua trajetória como descrito acima. Antes de parar, a bola chocou-se cinco vezes contra as tabelas da mesa. O último ponto em que ela bateu na tabela foi o

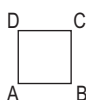
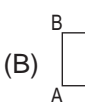
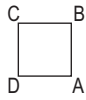
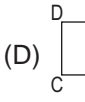
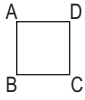
- (A) 6 (B) 5 (C) 4 (D) 3 (E) 2

51

Uma associação formada por três espelhos planos é construída no interior de uma estrutura tubular. Em uma das figuras está ilustrado o trajeto de um raio de luz monocromático, através da estrutura, ocasionado pelas sucessivas reflexões, até atingir o observador.



Uma placa de madeira ABCD, em forma de quadrado, é colocada de frente para a entrada da estrutura tubular. A disposição dos vértices A, B, C e D na imagem vista pelo observador pode ser representada por

- (A)  (B) 
(C)  (D) 
(E) 

52

Num famoso *talk-show*, o entrevistado faz a seguinte afirmação: "Toda pessoa gorda não tem boa memória". Ao que o entrevistador contrapôs: "Eu tenho boa memória. Logo, não sou gordo".

Supondo que a afirmação do entrevistado seja verdadeira, a conclusão do entrevistador é

- (A) falsa, pois o correto seria afirmar que, se ele não fosse gordo, então teria uma boa memória.
(B) falsa, pois o correto seria afirmar que, se ele não tem uma boa memória, então ele tanto poderia ser gordo como não.
(C) falsa, pois o correto seria afirmar que ele é gordo e, portanto, não tem boa memória.
(D) verdadeira, pois todo gordo tem boa memória.
(E) verdadeira, pois, caso contrário, a afirmação do entrevistado seria falsa.

53

Gabriel brinca com 24 moedas de R\$ 1,00. Inicialmente, ele forma com elas três pilhas. Em seguida, dobra a segunda pilha colocando nela moedas retiradas da primeira; depois, dobra a terceira com moedas retiradas da segunda e, finalmente, dobra o que restou na primeira pilha com moedas retiradas da terceira, ficando, assim, as três pilhas com o mesmo número de moedas. O número de moedas que havia, no início, na pilha mais alta, era

- (A) 6 (B) 7 (C) 8 (D) 11 (E) 12

54

Para selecionar um recruta dentre 225 voluntários, o sargento de determinado batalhão os dispõe em um quadrado de 15 linhas por 15 colunas e, a princípio, manda sair o mais alto de cada linha e denomina de A o mais baixo, dentre esses 15. Em seguida, faz com que todos retomem suas posições no quadrado e, agora, manda sair o mais baixo de cada coluna e denomina de B o mais alto, dentre esses 15.

Analise as seguintes situações:

- I - A ser mais alto do que B;
II - B ser mais alto do que A;
III - A e B serem a mesma pessoa.

É(São) possível(is) **APENAS** a(s) situação(ões)

- (A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e III.
(E) II e III.

55

Analise as frases abaixo e assinale:

S: caso a declaração contenha um equívoco do ponto de vista da lógica verbal;

N: em caso contrário.

- () Pretendendo acabar com as baratas que havia em sua casa, comprou remédio para insetos.
() De acordo com o calendário de datas festivas do Brasil, em novembro há um feriado.
() Sua vida mudou radicalmente; pode-se dizer que deu um giro de 360°.

A sequência correta das letras, de cima para baixo, é

- (A) S – N – N
(B) S – N – S
(C) S – S – N
(D) N – S – N
(E) N – S – S

LÍNGUA INGLESA

Freedom of IMFormation

By Reza Moghadam
Posted on September 17, 2009 by iMFdirect

With the global financial crisis, the world is increasingly looking to the International Monetary Fund—not just for financing but as the global institution charged with overseeing members' economies and policies (what we call surveillance). It's easy to forget that only 10 years ago the Fund was a secretive institution. That's no longer the case. Communicating and engaging with the world at large is now a normal and essential part of the Fund's business.

10 The IMF today is a very open institution. The vast majority of our reports are published. The public can search the IMF's archives. And we are making lots of effort to reach out to external stakeholders.

The benefits of this increased transparency, both for the Fund's surveillance and lending activities, are indisputable. Transparency allows us to engage with the public and to build a broader understanding and support of what we do. It benefits the *quality* of our advice by subjecting our analysis to outside scrutiny. And more generally, it makes us more *accountable* for our advice and financial decisions. In all, it makes us a more *effective* and *legitimate* institution.

Frankly, the Fund cannot be a genuine leader on economic policy issues unless it is seen as transparent. We certainly would not have been able to achieve the major reforms of our lending frameworks and the increase in our financial resources had we not been seen as an open and transparent institution. Rightly, the public expects to know what we are up to.

30 At the same time, certain aspects of transparency remain controversial. Some believe that publication undermines candor in the reports, the frankness of discussions between staff and country authorities, and the Fund's role as trusted advisor.

35 Communicating and engaging with the world at large is now a normal and essential part of the Fund's business. We are gearing up to review the Fund's transparency policy, as part of our efforts to increase our effectiveness.

40 The IMF has come a long way over the last 10 years, and publication rates of reports are high. Raising them further is not the main issue, nor one that can easily be resolved without changes much of our membership would consider revolutionary (such as making publication mandatory). Rather, further efforts should focus on making progress on a broad front, on issues that may catch fewer headlines, but are nevertheless crucial:

- **Reducing long publication lags.** How can we simplify the cumbersome procedure for obtaining consent?
- 50 • **Maintaining the integrity of reports.** The IMF's analysis and advice must be, and be seen to be, convincing, candid, and independent. To this end, there is a long-standing and fundamental principle that Fund reports are not "negotiated" documents.
- 55 • **Making the Fund's archives more accessible.** The current setup for searching the archives—in particular the need to travel to Washington to gain full access to them—is outdated. We should also consider whether we can make some archived material available more quickly to the public.

<http://blog-imfdirect.imf.org/2009/09/17/freedom-of-information/>

56

The wordplay in the title refers to the fact that the

- (A) IMF has not dared to open its reserved archives in Washington to the public in general.
- (B) IMF has been adopting a transparency policy so as to enhance its credibility and legitimacy.
- (C) IMF must be freed from the impositions of the world leaders on its financial decisions.
- (D) once secret information kept by the IMF is not freely discussed nor is it easily negotiable.
- (E) world economies are trying to get rid of the excessive control of the IMF over their financial systems.

57

The only argument that **CANNOT** be considered supportive of publishing the IMF documents is that the

- (A) public must be made aware of what the IMF has been doing and the support it is giving to economic policy issues.
- (B) IMF will be regarded as a more trustworthy institution if it releases its documents and financial decisions to the public at large.
- (C) language used in documents that circulate publicly is usually more controlled and therefore less frank and direct in exposing opinions and facts.
- (D) lack of access of external stakeholders to the issues the IMF supports and the actions it takes makes the institution more vulnerable and less effective.
- (E) relevant changes made to the financing structure of the institution were only effected in recognition of the IMF as a reputable and candid organization.

58

In terms of meaning, it is correct to affirm that

- (A) "...charged with..." (lines 3-4) and **endowed with** are synonyms.
- (B) "...reach out to..." (line 13) and **get in touch with** are antonyms.
- (C) "...scrutiny." (line 19) and **inquiry** have opposite meanings.
- (D) "...gearing up to." (line 37) and **getting ready for** express contradictory ideas.
- (E) "...come a long way..." (line 40) and **made considerable progress** express similar ideas.

59

The expression in **boldtype** and the item in parenthesis are semantically equivalent in

- (A) "**In all**, it makes us a more *effective* and *legitimate* institution." - lines 21-22. (all things considered).
- (B) "the Fund cannot be a genuine leader on economic policy issues **unless** it is seen as transparent." - lines 23-24. (given that).
- (C) "**Rather**, further efforts should focus on making progress on a broad front, on issues that may catch fewer headlines," - lines 45-47. (moreover).
- (D) "**To this end**, there is a long-standing and fundamental principle that Fund reports are not 'negotiated' documents." - lines 52-54. (last but not least).
- (E) "We should also consider **whether** we can make some archived material available more quickly to the public." - lines 58-60. (while).

60

"I agree wholeheartedly with these transparency initiatives. I would also urge the IMF to keep going further forward particularly in regards to archives, as well as releasing country reports as part of a regular pattern of their activities, and to move to a system of releasing mandatory reports. In order for us not to repeat the same mistakes over and over again, we must be able to discern patterns from real world data. Secrecy is to be shunned since it promotes an imbalance in power and always leads to abuses."

Rahim, on December 14th, 2009 at 12:41 am
<http://blog-imfdirect.imf.org/2009/09/17/freedom-of-information/#comment-579>

The comment above is in tune with Moghadam's ideas, because Rahim states that

- (A) secret reports are not welcome in the IMF any more because they actually distort real world data.
- (B) some concealment measures should be preserved so as to protect IMF archives and country reports.
- (C) no country reports should be mandatory to avoid the imbalance of power among the world's leading nations.
- (D) the transparency initiatives promoted by the IMF may eventually lead to mistakes and to an abuse of power.
- (E) the IMF should regularly publish reports in order to keep the world informed on financial and economic issues the institution has adopted.



REDAÇÃO ÁREA 6

Texto I

***E-mail* poderá servir de prova documental**

Deverá ser examinado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), na quarta-feira (06), às 8h 30min, projeto de lei da Câmara determinando que mensagem eletrônica (*e-mail*) poderá servir de prova documental perante a Justiça. A proposta será analisada também pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto (PLC 170/08) pressupõe que as informações fornecidas pelo emitente da mensagem são verdadeiras, bem como a manifestação da sua vontade, desde que tenham certificação digital segundo as normas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

O relator da matéria considera que a proposição contribui para a modernização do processo judicial brasileiro. Ele avalia também que, ao acrescentar dispositivo ao Código de Processo Civil (Lei 5.869/73), o projeto aperfeiçoa legislação que regulamenta a utilização de informações por meio eletrônico nas peças judiciais.

Disponível em: <http://www.senado.gov.br/agencia/verNoticia.aspx?codNoticia=90531>. Acesso em: 13 dez, 2009. (Adaptado)

Texto II

O *e-mail* e a prova judicial

Os novos tempos nos trouxeram um poderoso aliado na forma de comunicação, que é o correio eletrônico, ou *e-mail* que, de tão prático, tornou-se uma ferramenta imprescindível no espaço virtual.

No entanto, a segurança desse contato virtual é hoje motivo de grande preocupação entre aqueles que usam esse instrumento para a concretização de seus negócios, troca de correspondência e qualquer forma de expansão de contato rápido, barato e eficiente.

Os Estados Unidos dão um passo à frente aprovando “Uniform Electronic Transactions Act”, que concede à assinatura digital o mesmo *status* legal da assinatura em papel.

A Lei, que entrou em vigor em 01 de janeiro do ano 2000, está sendo considerada o passo que faltava para o uso de documentos eletrônicos, incluindo contratos de aluguel, *leasing* e trabalho.

Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5808. Acesso em: 13 dez, 2009.

TEMA

A utilização do *e-mail* (mensagem eletrônica) em processos judiciais constitui uma prova real ou a virtualidade do próprio processo fragiliza a realidade?

Construa um texto argumentativo sobre o tema proposto, com o mínimo de 45 e o máximo de 50 linhas, tendo por base os textos acima, que devem ser utilizados, apenas, como referência para uma reflexão sobre o tema, não podendo ser transcritas qualquer passagem dos mesmos.

Lembre-se de que não há uma resposta certa ou errada. O importante é que você apresente as suas ideias sobre o assunto fundamentando-as devidamente.

Dê um título à sua redação, que deve ser escrita a caneta esferográfica de tinta preta.



RASCUNHO

RASCUNHO